

A política pública de educação integral na Rede Municipal de Educação de Campinas/SP/Brasil e a participação docente em sua definição e implementação: histórico e desafios

Jaqueline de Meira Bisse - RME Campinas/SP - UNICAMP - bisse.jaqueline@gmail.com

Mariana Roveroni - RME Campinas/SP - UNICAMP - mariana.roveroni@gmail.com

Natali Seleguim Carrenho - RME Campinas/SP - UFSCar - nseleguim@gmail.com

Simone Cecília Fernandes - RME Campinas/SP - si.cecifernandes@gmail.com

Daniele Camila Pinto - RME Campinas/SP - UNICAMP - d2n1313pinto@gmail.com

Cíntia Yuri Nishida - RME Campinas/SP - cintia.yn@gmail.com

Andreia Cristina Gonçalves - RME Campinas/SP - deinha_goncalves@hotmail.com

Eliane Regina Barbarini - RME Campinas/SP - elianebarbarini@gmail.com

Resumo

O presente trabalho é um relato de experiência sobre o processo de definição e implementação da política pública de educação integral a partir do ano de 2014 na Rede Municipal de Educação de Campinas, localizada no estado de São Paulo/ Brasil . Tal política estrutura-se em três categorias: tempo, espaço e currículo. O relato é apresentado por docentes-trabalhadoras que se empenharam em garantir a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar nesse processo. Trata também sobre como as equipes docentes das diferentes escolas articularam-se em um Coletivo de Educação Integral para defender a manutenção dos princípios desse projeto frente às ações de desmonte anunciadas pelo próprio poder público. O percurso evidencia as tensões existentes no campo educacional, avanços e desafios, como também a potência da articulação dos/das profissionais da base, do chão da escola, que também se formam no exercício do fazer docente e assumem a educação como ato político.

Palavras-chave: trabalho docente, educação integral, política pública.

Introdução

Evocando a forma como comumente as políticas públicas são arquitetadas no Brasil, surge um panorama esquemático, cujo desenvolvimento processual converge para uma certa ritualidade. Assim, considerando a existência de um Estado Democrático de Direito, tal processo tende a percorrer um ciclo, composto por fases que vão desde a formulação propriamente da política, passando pela sua implementação e pelo monitoramento, até chegar a sua avaliação, momento no qual ela será revista e refletida quanto à sua aplicabilidade real na sociedade, bem como a sua capacidade em atender aos objetivos definidos. O ciclo da política nessa abordagem é explicado por Mainardes da seguinte forma:

Os autores propuseram um ciclo contínuo constituído por três contextos principais: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática. Esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares (MAINARDES, 2006, p. 50).

Tomando como referência essa conjuntura, a avaliação, na propositura cíclica, pode romper com um paradigma meramente etapista de começo, meio e fim, abrindo a possibilidade de revisão, aprimoramento e qualificação das políticas públicas, considerando as dinâmicas societárias em que se materializam.

No entanto, por si só, essa “arte” em se fazer política, não pressupõe automaticamente uma aproximação colaborativa entre a população e o Estado, no atendimento aos interesses do povo, tampouco garante formas reais e efetivas de participação. Tal contradição, atestada em partes pela falta de tradição participativa na vida política, nos leva a questionar qual é então, o papel do Estado brasileiro, dos governantes, e da sociedade civil nesse processo, uma vez que, constitucionalmente, todo o poder deveria emanar do povo. Nessa mesma esteira de problematizações, cabe ainda refletir: qual a importância da participação direta dos atores sociais vinculados às políticas as quais são destinatários? Que impactos o envolvimento desses sujeitos traz para o cotidiano de suas práticas sociais, de seus fazeres materiais? Que interesses se revelam quando se confrontam as supostas racionalidades técnicas das leis com os interesses sociais dos grupos impactados pelas políticas públicas, sobretudo daqueles cuja defesa se faz em torno de uma pauta que considera o bem comum e a justiça social? E ainda, qual ensinamento político - e também ético - a participação social deixa como legado, em especial quando se considera a essencialidade do fortalecimento da cidadania, em face a ascensão de uma ideologia extremista, totalitarista, que mundialmente tem afrontado os Estados de Direito?

A participação social, nas palavras de Moacir Gadotti, é aquela que

se dá nos espaços e mecanismos do controle social como nas conferências, conselhos, ouvidorias, audiências públicas etc. São os espaços e formas de organização e atuação da Participação Social. É assim que ela é entendida, como categoria e como conceito metodológico e político, pelos gestores públicos que a promovem. Essa forma de atuação da sociedade civil organizada é fundamental para o controle, a fiscalização, o acompanhamento e a implementação das políticas públicas, bem como para o exercício do diálogo e de uma relação mais rotineira e orgânica entre os governos e a sociedade civil (GADOTTI, 2014, p. 2).

É nessa discussão que localizamos a experiência de Campinas, e a atuação de alguns professores, servidores públicos, na participação direta no processo de formulação, implementação e expansão das escolas de educação integral no município, atuantes em

diferentes momentos, quando da realização da política de educação integral na esfera da municipalidade. Inicialmente, a participação desses atores sociais foi decisiva para estabelecer alguns princípios da educação integral (publicados em documentos e normativas próprias), acordados a partir da problematização sobre a qualificação/humanização do tempo escolar, tanto na dimensão do estudante, quanto na dimensão do trabalho docente, e, posteriormente, foi decisiva para enfrentar as tentativas de descaracterização e descontinuidade, em face à expansão dessas escolas em Campinas. A história recente vivenciada por esses trabalhadores, mostra que não há uma linearidade na forma como a política de educação integral vem sendo desenvolvida em cenário local. Se ora houve circunstâncias que favoreceram uma abertura e discussão de caráter mais democrático na rede de ensino, convocando os servidores a participação, ora a Secretaria Municipal de Educação (SME) assumiu a centralidade nas decisões concernentes à temática, dificultando uma participação social de fato. Nesse contexto de discussão da educação integral, atualmente posto em disputa, urge conhecer um pouco sobre a trajetória legal construída dentro do Estado democrático de direitos do Brasil, a fim de situar o debate em torno do percurso realizado em Campinas.

As políticas públicas de educação integral no Brasil

No Brasil, a Educação é uma responsabilidade compartilhada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios, de acordo com o que está estabelecido na Constituição Federal de 1988. O pacto entre estes entes federados envolve a definição de políticas educacionais comuns, a distribuição de recursos financeiros, a elaboração de currículos e diretrizes pedagógicas, entre outros aspectos. No contexto da Educação Integral, a colaboração entre diferentes níveis de governo na definição de estratégias pedagógicas, na formação de professores, na melhoria das infraestruturas das escolas e na promoção de ações curriculares e extracurriculares que enriqueçam a experiência educacional dos estudantes é essencial para garantir a implementação eficaz dessa modalidade de ensino. Portanto, a relação entre a política de Educação Integral e o pacto entre os entes federados está na necessidade de coordenação e colaboração entre União, Estados, municípios e o Distrito Federal para garantir que essa modalidade de ensino seja oferecida de maneira adequada e eficaz em todo o país.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada no Brasil em 1996 (Lei nº 9.394/96), estabelece as diretrizes e bases para o sistema educacional do país. Esta lei

não menciona explicitamente o termo "educação integral", mas estabelece princípios gerais para a educação brasileira, que podem ser interpretados como fundamentos para a implementação da educação integral.

A LDB de 1996 destaca, por exemplo, a necessidade de uma educação que desenvolva o educando de forma plena, incluindo o seu desenvolvimento intelectual, social, emocional e físico. Além disso, a lei enfatiza a importância do Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, com duração de nove anos, e a necessidade de oferta de atividades extraclasse, complementares à aprendizagem, que enriqueçam o ambiente educacional.

Desde a promulgação da LDB de 1996, o conceito de educação integral tem sido amplamente discutido e implementado no contexto das políticas educacionais brasileiras com base nos princípios estabelecidos na lei.

É no contexto de efetivação do direito à educação, ratificados pela LDB (1996) e, em especial, por meio do II Plano Nacional de Educação (2014-2024), que se define 2016 como uma data base para a Educação Pública Nacional atender os alunos em período integral.

O II Plano Nacional de Educação (PNE) foi instituído pela Lei nº 13.005/2014 e estabeleceu metas e estratégias para o desenvolvimento da educação no Brasil entre os anos de 2014 e 2024. No contexto da Educação Integral, o II PNE aborda essa modalidade educacional em algumas de suas metas e estratégias.

A Meta 6, que estabelece a ampliação da oferta de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica e visa expandir o acesso dos estudantes à Educação Integral, proporcionando uma formação mais completa e abrangente. O II PNE também prevê estratégias para fortalecer a Educação Integral: investir na formação de gestores e educadores; estimular a articulação entre escola e comunidade para o desenvolvimento de atividades complementares que enriqueçam o ambiente educacional; fomentar a criação e o fortalecimento de escolas de Educação Integral, garantindo infraestrutura adequada e recursos pedagógicos necessários; incentivar a participação das famílias na vida escolar dos estudantes, integrando a comunidade ao processo educacional.

É importante mencionar que o II PNE estabelece diretrizes gerais, metas e estratégias para a educação no Brasil, e a implementação efetiva da Educação Integral pode variar de acordo com as políticas educacionais dos estados e municípios, bem como a capacidade de

financiamento e infraestrutura de cada localidade. Portanto, a forma como a Educação Integral é aplicada pode variar em diferentes regiões do país.

A política de educação integral nas escolas de ensino fundamental da Rede Municipal de Educação de Campinas

Na Rede Municipal de Educação de Campinas - RMEC, a ideia de organizar uma escola de ensino fundamental em período integral com educação integral surge pela iniciativa de uma das escolas, que desde de 2012 já se dedicava a pensar nos contornos de uma possível política para a rede. Em 2013, o prefeito recém-eleito, que havia colocado como promessa de campanha a instalação de escolas de Ensino Fundamental em período integral, solicita à SME que organize essas escolas. A Secretária de Educação, bem como a dirigente do departamento pedagógico receberam como desafio inicial, entre outras questões, deflagrar o processo de implementação da Educação Integral, em tempo integral para o segmento do Ensino Fundamental no município. Optaram, naquele momento, por instituir uma comissão para a formulação do Projeto Piloto, constituída por profissionais da educação de diferentes segmentos e instâncias da SME, como também por representantes das famílias, membros do Conselho de Escola, objetivando à produção de subsídios para implementação da política educacional em unidades educacionais da RMEC. Do trabalho desta comissão foram produzidos dois documentos: Subsídios à proposta educacional das escolas de educação integral no município de Campinas e o Decreto nº18.242 de 28/01/2014, que dispõe sobre a criação do Projeto Piloto de escolas de educação integral (EEI) da RMEC e dá outras providências.

O Projeto Piloto é um documento que sintetiza o trabalho coletivo participativo e apresenta, visando a implementação da política, três categorias estruturantes: o tempo, o espaço e o currículo escolar. Na categoria Tempo localiza-se a ampliação da jornada escolar dos estudantes de cinco para sete horas e meia diárias, bem como a adequação à Lei nº 11.738 de 2008, conhecida como Lei do Piso, para os professores das escolas integrais, garantindo $\frac{1}{3}$ de sua jornada de trabalho para planejamento e formação em serviço. Na categoria Espaço, observam-se modificações tanto estruturais, quanto subjetivas na concepção fragmentada do tempo/espaço da aula bem como o movimento de integração dos espaços intra e extra escolar ao currículo, de forma que todo o território possa ser considerado como educativo. Na

categoría Currículo, propõe-se uma reorganização pedagógica por eixos de trabalho e também alterações na matriz curricular, propondo a não-hierarquização das disciplinas.

Tendo esses documentos como orientadores de seu trabalho, em 2014 duas escolas começaram o processo de implementação desse modelo, que se dá de modo participativo, envolvendo todos os atores das comunidades escolares, num processo de construção coletiva em relação ao currículo, organização e cotidiano dessas unidades. Destacamos que esse processo ofereceu subsídios e também abertura para que cada uma das escolas tivesse autonomia de pensar a implementação com base em suas necessidades e possibilidades. As duas escolas iniciais começam a atender em período ampliado em 2014, seguindo os pressupostos construídos em 2013, revelando nesse momento ter havido um tempo para as discussões sobre as implicações das mudanças necessárias.

No ano seguinte, em 2015, mais duas escolas também se tornaram de educação integral por indicação da SME. Essa ampliação da educação integral seguiu ocorrendo, de modo que, em 2019, totalizam 8 escolas, incluindo uma unidade educacional de Educação de Jovens e Adultos - EJA. De 2019 a 2023 não houve mais ampliação da educação integral no ensino fundamental do município.

Participação docente nos processos de proposição e implementação da política

A importância do trabalho docente na implementação de políticas públicas de educação pode ser destacada: pela execução prática das políticas, traduzindo as diretrizes e metas estabelecidas nos documentos legais em práticas educacionais tangíveis; adequação do currículo às necessidades locais, considerando as características individuais e culturais dos estudantes; engajamento dos estudantes no processo de aprendizagem, criando um ambiente propício ao desenvolvimento acadêmico e pessoal; identificação de desafios de estudantes e da comunidade escolar, informações vitais para avaliar a eficácia das políticas existentes e para informar futuras decisões políticas.

O apoio adequado aos professores, incluindo formação contínua, reconhecimento e condições de trabalho favoráveis, é crucial para garantir que as políticas educacionais sejam implementadas de maneira eficaz, beneficiando assim estudantes e a sociedade como um todo.

Ações/ exercícios de cidadania - Comissão Própria de Avaliação-CPA, Assembleias e Grêmio Estudantil

A construção de uma rede pública de ensino democrática acontece também no cotidiano das escolas, tendo a participação docente como essencial nesse processo. Nesse sentido, a Resolução da SME de Nº 05/2008, estabeleceu as diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das Unidades Municipais de Ensino Fundamental e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação-CPA, a fim de garantir a mediação de um processo de avaliação da qualidade social escolar na unidade de ensino, socialmente referenciada, por meio da participação de toda a comunidade escolar: docentes, gestoras, funcionárias, estudantes e familiares. As CPAs se reúnem uma vez por mês nas unidades escolares e, em grande parte das escolas, dialogam sobre as questões levantadas pelas Assembleias de Turmas, que são realizadas e apresentadas pelos(as) estudantes representantes de turmas nas CPAs, eleitos e eleitas no início do ano letivo. Há também as demandas dos demais segmentos da comunidade escolar, que realizam Assembleias, escolhem seus representantes, que participam da CPA. Trata-se de um processo de avaliação contínuo nas Unidades de Ensino.

Imagem 1: Mural da CPA numa Unidade Escolar após a realização da primeira reunião do ano letivo em 2023



Fonte: Arquivo pessoal de imagens da professora Simone.

O trabalho docente implementado nas escolas de educação integral revelou os desafios para a construção cotidiana de uma escola democrática, que proporcionasse uma participação atuante de todos os segmentos da comunidade escolar frente a organização do tempo, espaço e currículos nas escolas de educação integral.

Avaliação da política de educação integral: onde estão os professores?

Em 2019 o Departamento Pedagógico começou um processo de avaliação dos 5 anos de implementação dessa política. Foi então composta uma comissão de representantes de todos os segmentos (estudantes, familiares responsáveis, professores e gestores) de todas as unidades escolares, além dos membros da própria SME. Após reuniões semanais, a mesma produziu um relatório final, que não foi consenso por todos os envolvidos. Dessa forma, houve uma mobilização entre os coletivos das escolas para se posicionarem contrários ao relatório. Essa ação desencadeou a criação do Coletivo da Educação Integral, que reuniu profissionais de todas as unidades de educação integral da RMEC.

Esse Coletivo passou a se reunir semanalmente, fora do horário de trabalho, caracterizando-se por ser resistência às mudanças impostas pela SME. A primeira ação foi a convocação de uma Audiência Pública, com apoio de vereadores da Comissão de Educação e Esporte da Câmara Municipal de Campinas, que aconteceu no dia 26/11/2019 e tornou-se um marco histórico e representativo sobre o posicionamento contrário dos docentes ao que estava ocorrendo. Essa Audiência Pública pode ser vista no link: <https://fb.watch/ol1Y6lvkWr/?mibextid=i76BS0https://fb.watch/ol1Y6lvkWr/?mibextid=i76BS0>.

Apesar dos manifestos dos docentes, a SME, considerando o Relatório final da comissão de 2019, em janeiro de 2020 publica a Resolução SME nº 01 de 16/01/2020, que dispõe sobre os princípios, objetivos, a organização e a avaliação do trabalho pedagógico nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Educação Integral da Rede Municipal de Ensino de Campinas. Essa Resolução apresentou-se contraditória em relação ao que todas as escolas estavam realizando em sua práxis pedagógica ao longo dos anos de 2014 a 2019, inclusive, em dissonância com os primeiros documentos, aqui já mencionados, produzidos pela própria SME. Em decorrência disso, um abaixo-assinado foi organizado pelo Coletivo da Educação Integral, protocolado e enviado à Secretária de Educação, apontando os aspectos críticos no

que tangem à fragmentação do trabalho pedagógico, precarização no atendimento das pessoas com deficiência, avaliação dos docentes fora do escopo da legislação municipal vigente e o viés autoritário e antidemocrático da disposição.

O ano de 2020 também foi o ano em que se iniciou a pandemia de COVID-19, cujo contexto de isolamento físico ampliou as formas de comunicação virtuais via plataformas digitais, favorecendo a participação expressiva de docentes de todas as escolas, uma vez que as reuniões passaram a ser online. Assim, o Coletivo da Educação Integral, articulando-se aos coletivos docentes das escolas, continuou pressionando a SME. O resultado dessas ações foram: a suspensão da Resolução, bem como a organização de uma nova comissão, acompanhada de Grupos de Trabalho (GTs) de docentes. Nos GTs, os docentes, organizados por componentes curriculares, discutiam institucionalmente as ações da educação integral, compartilhando suas experiências e desafios. Também produziram um novo documento: o Caderno Curricular Temático da Educação Integral, organizado em dois volumes, em que se reafirma a relevância das Diretrizes Curriculares Municipais e do Projeto Piloto da Educação Integral de 2014, documentos orientadores da prática docente, além de conterem narrativas dos professores sobre o trabalho desenvolvido no cotidiano das unidades escolares. O Caderno Curricular Temático da Educação Integral com as narrativas docentes pode ser acessado no Portal da Educação de Campinas através do link <https://educa.campinas.sp.gov.br/sites/educa.campinas.sp.gov.br/files/2023-09/Caderno%20Curricular%20Tematico%20Educacao%20Integral%20-%20Digital%20-%20PARTE%20%20.pdf>.

Organização do Coletivo da Educação Integral: redes sociais, site e grupos online

A partir da necessidade de compartilhar os conteúdos discutidos nas reuniões do Coletivo da Educação Integral de Campinas e seus próximos encontros, foram criados perfis em redes sociais, site e grupos online para divulgação das ações, informativos, diálogo e debate.

A página <<https://www.facebook.com/coletivoeducaintegralcampinas/>> na plataforma *Facebook* foi criada em 01 de novembro de 2019 e reúne 176 seguidores. A postagem mais compartilhada é uma manifestação de repúdio contra a Resolução SME nº 01 de 16/01/2020, atingindo 386 usuários e gerando 160 compartilhamentos conforme demonstra a Imagem 2.

Imagem 2 - Conteúdo da postagem e números relacionados à publicação na página do Coletivo da Educação Integral no Facebook

Educação Integral - Campinas
22 de outubro de 2020

Link corrigido do site: <http://bit.ly/educaintegralcamp> (com histórico e documentos)
O Coletivo de Educadores das Escolas de Educação Integral da Rede Municipal de Campinas vem através deste documento demonstrar seu descontentamento com relação à Resolução SME nº 01 de 16/01/2020, publicada em 17/01/2020 e republicada em 20/01/2020 com alterações, que trata sobre as diretrizes da educação integral no município.
Protocolamos uma carta à Secretária Municipal de Educação, Sr. Solange Villon Khon Pelicer, em 21 de fevereiro deste ano, problematizando alguns pontos da Resolução e ainda não obtivemos retorno.
Desde o início do ano, nós educadores e gestores das escolas de educação integral, nos organizamos em Grupos de Trabalho (GTs) para a escrita das Diretrizes Curriculares de Educação Integral Municipais de Campinas.
Devido à pandemia, nossos trabalhos iniciaram no mês de junho. Desde então, além de nos debruçarmos sobre os referenciais teóricos que orientam os trabalhos nas escolas da Educação Integral, registramos em forma de narrativas as experiências das escolas, também realizamos reflexões acerca da Resolução SME nº01, propondo alterações.
Essa proposta foi encaminhada ao DEPE agora no mês de outubro e, a semana passada, o diretor do DEPE, Sr. Luiz Marighetti, em reunião com a Comissão para elaboração das Diretrizes Curriculares da Educação Integral, manifestou o não acolhimento da maior parte da proposta apresentada pelos GTs para alteração da Resolução. A proposta foi então encaminhada ao Comitê Gestor, em reunião realizada na tarde da terça, dia 20. Isso muito nos preocupa e causa descontentamento, pois os impactos desta Resolução podem desconstruir todo o trabalho dos profissionais que há anos se dedicam à educação pública municipal e à educação integral especificamente. Assim, nos manifestamos publicamente.

Professores contra a Resolução SME nº001/2020!

- PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO;
- DESTRUIÇÃO DO PROCESSO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA;
- PROCESSO SELETIVO E AVALIAÇÃO (SEM CRITÉRIOS DEFINIDOS) PARA PUNIÇÃO DO SERVIDOR;
- PERDA DO CIL (CULTURA, IDENTIDADE E LUGAR) COMO COMPONENTE CURRICULAR;

DESCONSIDERAÇÃO DE UM PROCESSO LEGÍTIMO E DEMOCRÁTICO FEITO PELOS SERVIDORES COMO NOVA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE ATENDE A REALIDADE DAS ESCOLAS.

SOLICITAMOS REUNIÃO COM A SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO SOLANGE VILLON KOHN PELICER COM URGÊNCIA!

Coletivo de Educadores das Escolas de Educação Integral da Rede Municipal de Campinas
f coletivoeducaintegralcampinas i educa_integral_campinas SITE: bit.ly/educaintegralcampinas

Total de insights
Ver mais detalhes sobre sua publicação.

Impressões da publicação	Alcance da publicação	Engajamento
501	386	233

Fonte: Imagens das autoras

Também através da plataforma *Facebook* foram realizadas ações de comentários em massa nas publicações do prefeito de Campinas em 2020, Jonas Donizette, como podemos observar na Imagem 3. Devido à situação da pandemia de COVID-19, a interação através das redes sociais foi a alternativa encontrada pelo coletivo para pressionar a Secretaria Municipal de Educação e divulgar nosso protesto. Inclusive, a reação dos moderadores do perfil do ex-prefeito foi bloquear alguns usuários que aderiram à movimentação.

Imagem 3 - Comentários sobre as escolas integrais na publicação do prefeito Jonas Donizetti

Publicação de Jonas Donizette

Prefeito, os servidores das escolas integrais precisam ser ouvidos. Saiba o que está acontecendo. <https://www.facebook.com/101471191300529/posts/357509609030018/>

Saiba o que está acontecendo nas Escolas integrais: <https://www.facebook.com/101471191300529/posts/357509609030018/>

Sr. Prefeito, como ficarão as escolas de Educação Integral? Saiba o que está acontecendo nas Escolas integrais: <https://www.facebook.com/101471191300529/posts/357509609030018/>

Sr. Prefeito, como ficarão as escolas de Educação Integral? Saiba o que está acontecendo nas Escolas integrais: <https://www.facebook.com/101471191300529/posts/357509609030018/>

As Escolas Municipais de Educação Integral de Campinas precisam de sua atenção, Jonas. <https://www.facebook.com/101471191300529/posts/357509609030018/>

Publicação de Jonas Donizette

Sr. Prefeito, como ficarão as escolas de Educação Integral? Saiba o que está acontecendo nas Escolas integrais: <https://www.facebook.com/101471191300529/posts/357509609030018/>

Sr. Prefeito, como ficarão as escolas de Educação Integral? Saiba o que está acontecendo nas Escolas integrais: <https://www.facebook.com/101471191300529/posts/357509609030018/>

Saiba o que está acontecendo nas Escolas integrais: https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=357509609030018&id=101471191300529

Que situação ficarão as escolas integrais da cidade? Cadê o diálogo? Aguardamos respostas. https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=357509609030018&id=101471191300529

Fonte: Imagens das autoras

O perfil <https://www.instagram.com/educa_integral_campinas> na plataforma *Instagram* foi criado em 22 de outubro de 2020 para contemplar professores que não utilizavam o *Facebook* e também realizar movimentos de comentários em massa nas lives realizadas pelo então prefeito Jonas Donizetti.

Outra ferramenta importante para articulação do Coletivo foi o grupo no aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*. A partir dele foi possível trocar informações, definir pautas e datas das reuniões, escrever coletivamente cartas, propostas e solicitações e organizar o movimento conforme revela a Imagem 4.

Imagem 4 - Registros de diálogo no grupo



Fonte: Imagens das autoras

Toda documentação do movimento do Coletivo está publicada no site <<https://sites.google.com/view/educaintegralcampinas>> , onde estão disponíveis um breve histórico da articulação, relatórios das comissões, documentos, cartas coletivas, texto da publicação da Resolução SME n°01/20, propostas e as mobilizações nas redes sociais. O site tornou-se importante instrumento de registro e compartilhamento do histórico do movimento e suas produções.

Considerações finais

A participação docente nos processos de proposição e implementação da política de educação integral trouxe mais consciência e responsabilidade para a efetivação das ações pedagógicas no cotidiano escolar e ofereceu subsídios também para o enfrentamento aos desmontes da escola pública. Isso fica evidente quando, em 2019, a SME, já com outra diretoria pedagógica, decide impor alterações na matriz curricular, ação que, à compreensão e experiência dos docentes, desarticula e fragmenta o trabalho pedagógico, ferindo ainda o princípio da gestão democrática. Docentes das escolas de educação integral da RMEC reuniram-se no que chamaram de Coletivo da Educação Integral de Campinas e propuseram, junto à Comissão de Educação da Câmara Municipal de Campinas, uma audiência pública intitulada Educação Integral em Campinas: históricos e desafios, realizada em 26/11/2019. Apesar desse exercício de ampliação do debate público sobre a efetivação da política de educação integral na cidade, em janeiro de 2020 a SME publica em Diário Oficial a Resolução nº 01, propondo alterações na organização do currículo das escolas, deixando indícios de uma intenção de terceirização de profissionais para a realização da jornada integral dos estudantes. A mobilização docente garantiu a continuidade das políticas e ações pedagógicas já praticadas em suas respectivas unidades, bem como a suspensão da referida resolução, demonstrando a potencialidade da mobilização coletiva em prol do movimento político-pedagógico legítimo e democrático já instituído nas escolas.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei nº 13.005, de 26 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional da Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da União], Brasília, Edição Extra, Seção I, p. 1, 2014.

CAMPINAS. Resolução da SME de Nº 05/2008, que estabelece as diretrizes para a implementação do processo de Avaliação Interna das Unidades Municipais de Ensino Fundamental e para a constituição da Comissão Própria de Avaliação. Diário Oficial do Município, Campinas, Ano XXXVIII, n. 9.402, p. 4, 7 mai. 2008.

CAMPINAS. Resolução SME nº5, de 10 de março de 2014. Dispõe sobre a Organização do Trabalho Pedagógico das Unidades Educacionais integrantes do Projeto Piloto “Escola de Educação Integral- EEI”. Diário Oficial do Município, Campinas, Ano XLIV, n. 10.826, p. 4, 10 mar. 2014.

CAMPINAS. Resolução SME nº 01, de 16 de janeiro de 2020. Dispõe sobre os princípios, os objetivos, a organização e a avaliação do trabalho pedagógico nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental de Educação Integral, Emefeis, da Rede Municipal de Ensino de Campinas, RMEC. Diário Oficial do Município, Campinas, Ano XLIX, n. 12.247, p. 12, 17 jan. 2020.

Gadotti, M. (2014). Gestão democrática da educação com participação popular no planejamento e na organização da educação nacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2014. (Educação Cidadã, Cadernos de Formação, 6). Disponível em: http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigogadotti_final.pdf. Acesso em: 05 de nov. de 2023

Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação & Sociedade*, 27, 47-69.